ISSN: 2358-8829

AVALIAÇÃO E ADAPTAÇÃO COM FOCO NO CONTEXTO ESCOLAR PARA ALUNOS ATÍPICOS

Zélia Maria Melo de Lima Santos[1]
Rosa Malvina Melo de Lima[2]

1.INTRODUÇÃO

A avaliação da aprendizagem é um componente essencial do processo educativo, pois permite acompanhar o desenvolvimento dos estudantes, identificar dificuldades e planejar estratégias que contribuam para a construção do conhecimento.

No contexto da educação inclusiva, a avaliação precisa considerar as diferenças individuais, respeitando os ritmos de aprendizagem, as potencialidades e as necessidades educacionais de cada aluno. Dessa forma, a adaptação das práticas avaliativas torna-se fundamental para garantir a participação e o acesso à aprendizagem dos estudantes atípicos, como aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e outras necessidades específicas.

De acordo com Luckesi (2011), a avaliação deve ser compreendida como um instrumento de acompanhamento e tomada de decisões, e não apenas como um mecanismo de classificação por notas.

Libâneo (2013) destaca que a avaliação precisa estar articulada ao planejamento e aos objetivos do ensino, enquanto Mantoan (2003) ressalta a importância de uma escola que respeite a diversidade e ofereça condições para que todos os estudantes aprendam. Essas contribuições evidenciam a necessidade de desenvolver práticas avaliativas acessíveis, flexíveis e coerentes com as características dos alunos.

Nesse sentido, esta pesquisa aborda o tema **"Avaliação e adaptação com foco no contexto escolar para alunos atípicos"**, buscando compreender como as adaptações avaliativas podem contribuir para a inclusão escolar e para o desenvolvimento das

[1] Professora da Rede Municipal de Ensino de Limoeiro e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL, rosamalvina@hotmail.com;
[2] Pós-doutorado em Gestão e Inovação Educativa pela Universidade Autônoma de Assunção-UAA. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL. E-mail: zeliammelo@hotmail.com.

aprendizagens. A relevância do estudo está na necessidade de refletir sobre práticas tradicionais de avaliação que, quando aplicadas sem considerar as particularidades dos estudantes, podem criar barreiras à participação e à demonstração dos conhecimentos adquiridos.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a importância da avaliação adaptada no contexto escolar para alunos atípicos, destacando estratégias pedagógicas que favoreçam a aprendizagem e a inclusão. Como objetivos específicos, busca-se compreender o papel da avaliação no processo educativo, identificar possibilidades de adaptação dos instrumentos avaliativos e refletir sobre a atuação do professor na construção de práticas inclusivas.

Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada na análise de obras e documentos relacionados à avaliação da aprendizagem e à educação inclusiva. A discussão considera as contribuições de autores como Luckesi (2011), Libâneo (2013) e Mantoan (2003), buscando compreender os desafios e as possibilidades da adaptação avaliativa no cotidiano escolar.

As discussões desenvolvidas destacam a importância de utilizar estratégias como enunciados objetivos, recursos visuais, atividades organizadas em etapas, tempo adicional e diferentes formas de resposta, conforme as necessidades dos estudantes e os objetivos de aprendizagem.

A análise teórica aponta que essas medidas podem reduzir barreiras e ampliar as oportunidades de participação, desde que sejam planejadas de maneira adequada e acompanhadas continuamente pelo professor.

Conclui-se que a avaliação adaptada constitui uma importante estratégia para fortalecer a educação inclusiva, pois permite reconhecer os avanços individuais e orientar intervenções pedagógicas mais adequadas. Portanto, avaliar de forma inclusiva não significa diminuir as expectativas de aprendizagem, mas oferecer condições justas e acessíveis para que cada estudante desenvolva suas potencialidades, respeitando suas diferenças e garantindo seu direito à educação.

ISSN: 2358-8829

2.METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e natureza descritiva e reflexiva. A escolha desse percurso metodológico justifica-se pela necessidade de compreender, a partir de produções teóricas e documentos legais, as relações entre avaliação da aprendizagem, adaptações pedagógicas e inclusão escolar.

A pesquisa bibliográfica permite reunir e discutir conhecimentos já produzidos sobre determinado tema, estabelecendo relações entre diferentes perspectivas teóricas. A abordagem qualitativa, por sua vez, possibilita interpretar conceitos, princípios e práticas educacionais, considerando a complexidade das relações existentes no cotidiano escolar. O referencial teórico foi organizado a partir das contribuições de Libâneo (2013), especialmente no que se refere à didática, ao planejamento e à avaliação; Luckesi (2011), com suas reflexões sobre a avaliação da aprendizagem; Mantoan (2003), em relação à construção de uma escola inclusiva; e Hoffmann (2019), no debate sobre a avaliação mediadora. Também foram considerados documentos legais brasileiros relacionados ao direito à educação e à inclusão, com destaque para a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015. A análise do material foi organizada em quatro eixos: concepções de avaliação da aprendizagem; princípios da educação inclusiva; adaptações dos instrumentos e das estratégias avaliativas; e desafios para a efetivação da inclusão no ambiente escolar.

A partir desses eixos, foram estabelecidas relações entre as concepções teóricas e as possibilidades de intervenção pedagógica. A discussão considera exemplos de práticas que podem ser adotadas por professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental e de outras etapas da Educação Básica, respeitando as características e as necessidades de cada

estudante. Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, não foram realizadas entrevistas, observações de campo ou aplicações de instrumentos avaliativos em turmas específicas. Dessa forma, os resultados apresentados correspondem à síntese interpretativa da literatura e dos documentos analisados, não representando dados empíricos coletados em uma escola.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Avaliação da aprendizagem no contexto escolar

A avaliação da aprendizagem é fundamental para acompanhar o desenvolvimento dos estudantes, identificar dificuldades e orientar o planejamento pedagógico. Mais do que atribuir notas, deve contribuir para a tomada de decisões que favoreçam a aprendizagem. Luckesi (2011) compreende a avaliação como parte do processo pedagógico, enquanto Libâneo (2013) destaca a importância da articulação entre objetivos, conteúdos, métodos e avaliação. Nessa perspectiva, a avaliação diagnóstica, formativa e somativa, associada à observação, às atividades e aos registros individuais, permite identificar avanços e planejar intervenções adequadas às necessidades dos estudantes.

3.2 Educação inclusiva e respeito às diferenças

A educação inclusiva assegura a todos os estudantes o direito de participar das atividades escolares e ter acesso à aprendizagem, respeitando suas características e potencialidades. Mantoan (2003) defende a transformação das práticas escolares para acolher a diversidade, superando modelos rígidos de ensino. A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) reforçam o direito à educação e à igualdade de oportunidades. Assim, a inclusão exige a eliminação de barreiras, a utilização de recursos acessíveis e o compromisso coletivo com a participação e o desenvolvimento de todos os alunos.

3.3 Avaliação e adaptação para alunos atípicos

A avaliação de alunos atípicos deve considerar suas necessidades educacionais e as condições oferecidas para demonstrar a aprendizagem. As adaptações pedagógicas

buscam eliminar barreiras, sem necessariamente reduzir os objetivos curriculares. Entre as estratégias possíveis estão o uso de enunciados claros, atividades divididas em etapas, recursos visuais, materiais concretos, tempo adicional e diferentes formas de resposta. Para estudantes com TEA, TDAH, deficiência visual, surdez ou deficiência intelectual, os recursos devem ser selecionados conforme as necessidades individuais, evitando generalizações. A articulação com o Atendimento Educacional Especializado (AEE), a família e os demais profissionais contribui para desenvolver práticas acessíveis e promover a autonomia dos estudantes.

3.4 O papel do professor na avaliação inclusiva

O professor tem papel essencial na identificação das barreiras à aprendizagem e na organização de estratégias que favoreçam a participação dos estudantes. Conforme Libâneo (2013), a avaliação deve estar integrada ao planejamento e orientar as decisões pedagógicas. Para isso, é necessário estabelecer objetivos claros, observar os avanços individuais e oferecer diferentes possibilidades para que os alunos demonstrem seus conhecimentos. O trabalho colaborativo com o AEE, a família e a gestão escolar também é importante para ampliar os recursos de acessibilidade, fortalecer o acompanhamento pedagógico e promover uma educação inclusiva.

3.5 Planejamento pedagógico, acessibilidade e individualização

O planejamento inclusivo deve considerar os objetivos curriculares, as características dos estudantes e as possíveis barreiras presentes nas atividades. A utilização de diferentes materiais, recursos de acessibilidade e formas de participação pode favorecer a aprendizagem coletiva, enquanto adaptações individualizadas devem ser realizadas quando necessárias. É fundamental que as estratégias utilizadas estejam relacionadas ao objetivo que se pretende avaliar. Além disso, fichas de observação, portfólios e registros descritivos permitem acompanhar os avanços, identificar dificuldades e planejar novas intervenções. Dessa forma, a avaliação torna-se um instrumento de acompanhamento e transformação das práticas pedagógicas, contribuindo para uma escola mais acessível, equitativa e comprometida com a aprendizagem de todos.

4.Resultado e discussão

A análise da literatura evidencia que a avaliação inclusiva deve ser compreendida como um instrumento de acompanhamento da aprendizagem, superando práticas centradas exclusivamente em notas e classificações. Segundo Luckesi (2011), os resultados avaliativos devem orientar decisões pedagógicas e contribuir para a identificação das dificuldades e dos avanços dos estudantes.

As contribuições de Mantoan (2003) destacam que a inclusão exige a superação de barreiras presentes no ambiente escolar, por meio de práticas que respeitem a diversidade e ampliem as oportunidades de participação. Nesse sentido, adaptações como recursos visuais, materiais concretos, instruções objetivas, tempo adicional e diferentes formas de resposta podem favorecer a aprendizagem dos alunos atípicos.

De acordo com Libâneo (2013), planejamento, ensino e avaliação devem estar articulados. Assim, as adaptações precisam considerar os objetivos educacionais e as necessidades de cada estudante, garantindo acessibilidade sem comprometer as habilidades que se pretende avaliar. O acompanhamento contínuo permite identificar dificuldades, reorganizar estratégias e reconhecer os progressos individuais.

Entretanto, a efetivação da avaliação inclusiva ainda enfrenta desafios, como a falta de formação continuada, a escassez de recursos acessíveis e as dificuldades de planejamento colaborativo. A superação desses obstáculos exige o envolvimento dos professores, da gestão escolar, do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e da família.

Portanto, os resultados da análise bibliográfica indicam que a avaliação inclusiva não consiste apenas em adaptar provas, mas em transformar as práticas pedagógicas para assegurar condições adequadas de participação e aprendizagem. Dessa forma, torna-se possível valorizar as potencialidades dos estudantes e promover uma educação mais acessível, equitativa e comprometida com o desenvolvimento de todos.

5.CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo analisar a importância da avaliação inclusiva e das adaptações pedagógicas para favorecer a aprendizagem de alunos atípicos no contexto escolar. A discussão bibliográfica permitiu compreender que avaliar é uma atividade essencial do trabalho docente e deve estar articulada ao planejamento, aos objetivos educacionais e às estratégias de ensino.

As contribuições de Luckesi (2011) evidenciam a importância de utilizar a avaliação para orientar decisões pedagógicas e favorecer a aprendizagem, superando práticas que se limitam à classificação dos estudantes. Libâneo (2013) contribui para compreender a relação entre planejamento, ensino e avaliação, destacando a necessidade de organizar intencionalmente o trabalho pedagógico. Mantoan (2003), por sua vez, fundamenta a reflexão sobre a transformação das práticas escolares e a construção de uma educação que reconheça a diversidade.

A análise também demonstrou que a adaptação dos instrumentos avaliativos constitui uma estratégia importante para eliminar barreiras e ampliar as oportunidades de participação. A utilização de recursos visuais, materiais concretos, instruções objetivas, tempo adicional e diferentes formas de resposta pode favorecer a demonstração dos conhecimentos, desde que as adaptações sejam coerentes com os objetivos de aprendizagem.

É fundamental compreender que cada estudante apresenta características e necessidades próprias. Por isso, as estratégias devem ser selecionadas com base na observação pedagógica, no acompanhamento contínuo e no diálogo entre os profissionais envolvidos. Diagnósticos, isoladamente, não determinam quais recursos devem ser utilizados nem definem as possibilidades de aprendizagem de uma pessoa. Conclui-se que a avaliação inclusiva precisa reconhecer os avanços individuais, identificar dificuldades, orientar intervenções e assegurar condições adequadas para que todos os estudantes tenham acesso ao currículo.

Para isso, são indispensáveis a formação continuada dos professores, o planejamento colaborativo, a articulação com o Atendimento Educacional Especializado, a participação da família e o compromisso da gestão escolar.

A construção de uma escola inclusiva exige, portanto, a superação de práticas padronizadas que desconsideram as diferenças. Mais do que adaptar provas, é necessário transformar a maneira como a escola planeja, ensina, acompanha e avalia seus estudantes.

Por fim, ressalta-se que a inclusão escolar constitui um processo contínuo, que demanda reflexão, investimento e responsabilidade coletiva.

Garantir o direito de aprender significa reconhecer que todos os estudantes podem desenvolver conhecimentos e habilidades, desde que encontrem condições pedagógicas, sociais e de acessibilidade que favoreçam sua participação e seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 28 out. 2026.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Mediação, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.